



Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício n.º 2505

SUA COMUNICAÇÃO DE
12-07-2017

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

**ASSUNTO: Pergunta n.º 4707/XIII/2.ª, de 12 de julho de 2017
Vala Real da freguesia da Moita: Ocorrência ambiental**

Caro Nuno Araújo,

Na sequência do ofício acima identificado e em resposta à pergunta n.º 4707/XIII/2.ª, de 12 de julho de 2017, formulada pelos Senhores Deputados Eurídice Pereira, Ana Catarina Mendonça Mendes, Paulo Trigo Pereira, Ivan Gonçalves, Sofia Araújo, André Pinotes Batista e Francisca Parreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

1. É do conhecimento do Ministério do Ambiente a referida ocorrência e o que dela se conhece?

A Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. /Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (APA/ARHTO) teve conhecimento da ocorrência através do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (GNR/SEPNA).

2. Teve o Ministério do Ambiente (incluindo obviamente os serviços desconcentrados) participação da ocorrência por parte da Câmara Municipal da Moita e/ou da Junta de Freguesia da Moita?

Os Serviços da APA/ARHTO, após terem tomado conhecimento da ocorrência, contactaram os Serviços da Câmara Municipal da Moita para articulação.

3. Que diligência pretende o Ministério desenvolver para identificar a origem do problema?

A APA/ARHTO efetuou uma ação de fiscalização, junto de várias instalações próximas do rio da Moita, para verificação das condições de drenagem e tratamento de águas residuais, não tendo sido identificada, à data da mesma, qualquer irregularidade. Continuará a ser acompanhada a situação das instalações, na envolvente do rio da Moita, em especial das que não se encontram ligadas à rede de drenagem de águas residuais urbanas.

Foi solicitada, pelo Ministério do Ambiente, à Câmara Municipal da Moita informação sobre as análises efetuadas às aves para que, face à mesma, se avalie a eventual necessidade de medidas adicionais.



De salientar que, contrariamente ao referido na pergunta formulada, a informação disponível e a inexistência de afetação notória das espécies de peixes na zona, indiciam que a causa da morte destas aves possa ter tido outra origem, não se verificando indícios da associação da mesma a ocorrência de “descarga inadequada”.

Questionada a Câmara Municipal da Moita, sobre a recolha de água da caldeira da Moita para análise, foi-me informado que a colheita foi efetuada a 5 de julho do presente ano e analisada pelo Laboratório “Pró Qualidade”.

Na sequência da mencionada análise e após o relatório de ensaio ter chegado ao conhecimento daquela edilidade, a IGAMAOT foi informada de que os resultados não se encontram dentro dos parâmetros recomendados, não obstante não lhes parecer ser a causa da mortandade dos animais.

Contudo, vão proceder ao envio desses resultados para a Faculdade de Medicina Veterinária, uma vez que esta se encontra a analisar os cadáveres dos patos. Os mencionados resultados serão ainda enviados para a Divisão de Alimentação Veterinária de Setúbal e para a Agência Portuguesa do Ambiente a fim de solicitar a interpretação dos resultados obtidos.

4. Nos últimos 3 anos teve o Ministério algum conhecimento de ocorrências de impacto ambiental na referida vala real? Que medidas foram tomadas?

A APA/ARHTO não teve conhecimento de outras ocorrências no rio da Moita e Vala das Sete Fontes (supõe-se que a pergunta se refere a estas linhas de água, nas quais se verificou o aparecimento das aves mortas e não à Vala Real afluente do rio Coina).

Até à presente data, não teve a IGAMAOT conhecimento de ocorrências de impacto ambiental na referida Vala.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa